

# Salve Embu das Artes



Embu das Artes - Março 2012 - edição #2 | [www.salveembudasartes.com.br](http://www.salveembudasartes.com.br) | distribuição gratuita

## PLANO DIRETOR: UM BALCÃO DE NEGÓCIOS?

**Que cidade nós queremos?  
Meio Ambiente e Moradia  
JUNTOS na construção  
de um município melhor!  
Página 3**

Imagem de Satélite - Mata do Roque Valente

**Plano Diretor promete urbanizar de forma  
desastrosa as áreas verdes da cidade**

**2**

**Ativismo dá bom resultado,  
mesmo depois da chuva!**

**4**

## desafios da cidade

# Trocando água, saúde e biodiversidade por galpões

*Novo zoneamento é incompatível com os objetivos da Lei da APA Embu Verde e pode comprometer de forma irreversível as últimas áreas verdes do município*

Movimento Salve Embu das Artes

A Prefeitura de Embu das Artes retoma a revisão do Plano Diretor. O novo projeto de Lei agride as últimas áreas verdes do município ao permitir indústrias e logística em toda a extensão da Zona de Interesse Ambiental, navegando na contramão da preservação e da sustentabilidade. Essa região abriga importantes remanescentes florestais e mananciais, destacando-se os rios Embu Mirim e Cotia, e faz parte da Reserva da Biosfera do Cinturão Verde da Cidade de São Paulo. Possui uma enorme biodiversidade com espécies animais e vegetais ameaçados de extinção e presta extraordinários serviços ambientais. As atividades econômicas na Zona de Interesse Ambiental deveriam valorizar a riqueza ambiental, o turismo ecológico e cultural, pois “Embu das Artes contribui de forma substancial para a qualidade de vida de toda a Região Metropolitana de São Paulo”, afirma Luís Alberto Bucci, coordenador da Reserva da Biosfera do Cinturão Verde da Cidade de São Paulo.

## Um zoneamento muito confuso

Ao retirar do Plano Diretor a classificação de uso *NRa* que corresponde a *Uso não residencial - armazenamento,*

**A Reserva da Biosfera do Cinturão Verde da Cidade de São Paulo** foi criada em 1994 para abrigar áreas de relevante valor ambiental para a humanidade. É um compromisso do Governo local, perante seus cidadãos e a comunidade internacional, visando a preservação e estímulo ao desenvolvimento sustentável.

## Indústrias, Galpões e Logística em toda a Zona Oeste

A **Zona de Interesse Ambiental (ZIA)** corre perigo com o novo zoneamento proposto pela Prefeitura de Embu das Artes. Agora pode “tudo” num mesmo espaço: indústrias, comércio, serviços, residências, hotéis, armazenagem... Como ficará essa região daqui a 10 anos? Quem vai querer morar aqui? Ou implantar um empreendimento turístico em uma região industrial?

A **Zona do Corredor Empresarial (ZCE)** abrange uma enorme área verde da cidade formando um imenso anel que parte do centro e será conectado diretamente com a Regis Bittencourt (BR 116) e Rodoanel, ocupando o lado oeste do município. O objetivo da Zona do Corredor Empresarial é promover o desenvolvimento econômico... a que custo? A vocação da região não está na pauta!

*estocagem, depósito e logística* ficou evidente que em praticamente todas as áreas da cidade são permitidas todas as atividades, isto é, indústrias, armazenagem, depósitos, comércio, serviços, residências... tudo misturado. Além disso, não há no texto da minuta nenhuma definição ou parâmetro que indique as categorias de risco para as indústrias (baixo, médio e alto risco e impacto), apenas que serão estabelecidas por *órgão licenciador responsável e estudos específicos*. Assim, é impossível saber quais atividades ou empreendimentos podem ser estabelecidos em cada área do município, deixando margem à arbitrariedade na aprovação de empreendimentos econômicos e gerando inaplicabilidade da lei.

## O que os estudos do Plano Diretor indicam?

Especialistas do Instituto Florestal analisaram a Zona do Corredor Empresarial (ZCE) e questionam: de que forma a Zona do Corredor

Empresarial, que insere indústrias, armazenagem e depósitos, entre outros usos, será compatível com os objetivos da APA Embu Verde?

Ao fazerem um estudo mais aprofundado em apenas um dos trechos concluíram que mais de 50% da zona avaliada possui vegetação com restrição ao corte, conectividade de fragmentos de vegetação e atividades em solos permeáveis. “O cenário futuro neste caso é bastante incerto para os investidores e para o poder público, aparentemente não há justificativa de utilidade pública ou interesse social desse tipo de empreendimento em ambientes com vários remanescentes de vegetação nativa, muitos cursos d’água e paisagens permeáveis que inclusive justificaram a criação da APA. Projetos industriais e comerciais, geralmente são opções de uso e ocupação em áreas degradadas”, expõem os especialistas no texto publicado no *I Congresso de Áreas Verdes: Florestas Urbanas*.

## O Corredor Industrial do Jardim Tomé já está trazendo transtornos aos moradores do bairro com enchentes e lama que desce das obras em andamento durante as chuvas.

Foram feitas denúncias de crimes ambientais, devido a supressão de 400 mil m<sup>2</sup> de Mata Atlântica sem autorização da CETESB e aterramento de várias nascentes que estão sendo averiguadas pela Justiça.

Quem sofre com tudo isso são os moradores!

## Plano Diretor troca água, saúde e biodiversidade por galpões

“Mudar a destinação de áreas de interesse para o desenvolvimento sustentável, de baixo valor, em áreas destinadas à logística e indústrias, significa uma valorização astronômica para os seus proprietários. E hoje, a legislação relativa aos Planos Diretores não estipula mecanismos para coibir as mudanças no zoneamento que levam ao desenvolvimento predatório: vamos trocar água, saúde e biodiversidade por galpões. A triste degradação que assistimos em âmbito nacional com as mudanças do Código Florestal, acontece em escala menor nos municípios através da manipulação das massas nas mudanças criminosas dos Planos Diretores. Em Embu das Artes chega-se ao absurdo de dizer que estas mudanças são necessárias para resolver o problema da moradia”, comenta Leandro Dolenc, presidente da Sociedade Ecológica Amigos de Embu.

capa

# Meio Ambiente e Moradia: Juntos por uma cidade melhor

Joselicio Junior (Juninho) - Círculo Palmarino

Nos últimos tempos vem ganhando força na sociedade o debate sobre o desenvolvimento predatório do capitalismo e a necessidade de discutirmos os rumos da humanidade, principalmente a necessidade da preservação dos recursos naturais para a sobrevivência do planeta.

Esse debate ganha uma importância ainda maior em nosso município, pois Embu das Artes possui um território de 70 km<sup>2</sup>, sendo que 60% é área de proteção aos mananciais, ou seja, os rios que correm em nossa cidade são afluentes da Represa do Guarapiranga que contribui com o abastecimento de água de aproximadamente 3 milhões de pessoas na Região Metropolitana de São Paulo.

Além disso, na região com maior concentração de população existem pouquíssimas áreas verdes fruto de um crescimento desordenado o que interfere diretamente na qualidade de vida dos moradores. Sem contar a ausência de infraestrutura como educação, saúde, equipamentos de lazer e cultura. Diante dessas necessidades setores importantes da comunidade

passaram a se mobilizar em defesa da preservação da Mata do Roque Valente, uma área de 433.800 m<sup>2</sup> de Mata Atlântica, localizada entre os bairros do Santa Tereza, Valo Verde, Parque Pirajuçara e outros bairros vizinhos.

O crescimento desordenado acarretou outras consequências para o desenvolvimento urbano, entre eles o problema da moradia. O Estado foi incapaz de apontar alternativas para os trabalhadores em relação a garantia de uma moradia digna como um direito e não como um privilégio. É comum nos territórios urbanos encontrar pessoas morando em condições de vulnerabilidade como: beira de córregos, áreas de risco, sem saneamento, coleta de lixo, abastecimento, sem contar a população que fica refém do mercado imobiliário, desembolsando parte significativa de sua renda para o pagamento de aluguel.

Existe um levantamento que aponta a necessidade da construção de 10 mil moradias para atender a demanda da nossa cidade, ou seja, esse é um problema concreto que precisa ser encarado com muita seriedade pelas autoridades.

“*Avaliamos que a proposta do Plano Diretor que está sendo apresentada pelo Prefeito Chico Brito é extremamente nociva para essas duas questões, pois, de um lado, flexibiliza a utilização de áreas de preservação para a construção de galpões empresariais e, por outro lado, permite a construção de prédios nas principais avenidas dos bairros mais populosos o que vai contribuir para a elitização dos bairros e a expulsão da população de baixa renda. Essa proposta demonstra que o principal compromisso desse governo é com a perversidade da especulação imobiliária que transformará a Prefeitura em um grande balcão de negócios.*”


Com isso, a cidade de Embu das Artes está diante de um grande desafio, como o de promover o seu desenvolvimento de forma que preserve ao máximo suas riquezas naturais, tão importantes para a sustentabilidade da nossa comunidade, combinado com uma política efetiva que garanta moradias populares com qualidade de vida. Neste sentido, os movimentos em defesa do meio ambiente e o movimento de moradia são legítimos e devem caminhar juntos na construção de uma cidade melhor.

Avaliamos que a proposta do Plano Diretor que está sendo apresentada pelo Prefeito Chico Brito é extremamente nociva para essas duas questões, pois, de um lado, flexibiliza a utilização de áreas de preservação para a construção de galpões empresariais e, por outro lado, permite a construção de prédios nas principais avenidas dos bairros mais populosos, o que vai contribuir para a elitização dos bairros e a expulsão da população de baixa renda. Essa proposta demonstra que o principal compromisso desse governo é com a perversidade da especulação imobiliária que transformará a Prefeitura em um grande balcão de negócios.

## Ocupação da Mata do Roque Valente

No último dia 3 de março, o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) ocupou parte do terreno onde se localiza a Mata do Roque Valente, hoje essa área pertence a Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano (CDHU) e a proposta do movimento é que na parte degradada sejam construídas moradias populares.

É importante destacar que o Movimento vem tendo uma postura bastante incisiva de não permitir a derrubada de nenhuma árvore e de preservação total da área da mata, demonstrando um respeito e disposição de diálogo com os defensores do Parque Ecológico.

Continuamos defendendo 100% de Parque Ecológico para a Mata do Roque Valente, mas achamos legítima a ocupação realizada pelo MTST e defendemos uma saída negociada, não violenta e com alternativas concretas para o problema da moradia no nosso município. Exigimos que o poder público municipal, estadual e federal atendam imediatamente as reivindicações do Movimento com moradias populares para a região. Essa causa também é nossa! 

Indaia Emília



Que cidade nós queremos? O Plano Diretor aponta para o crescimento a qualquer custo, prejudicando o desenvolvimento sustentável

fora da lei

# Ativismo pressiona Prefeitura a retirar lixo

*Tudo começou com uma denúncia no Facebook, a rede de relacionamento da Internet...*

Movimento Salve Embu das Artes

No início do ano, uma moradora de Embu das Artes fotografou e denunciou no Facebook o lixão irregular mantido pela Prefeitura há pelo menos 2 anos. O lixão, localizado atrás do Pronto-Socorro e Maternidade, ameaçava a população com a proliferação de insetos e ratos, infecção hospitalar, contaminação do solo e deslizamentos.

O Movimento Salve Embu decidiu averiguar a ocorrência e realizou filmagens no local. Para a surpresa do cinegrafista, em poucos minutos, um funcionário da Prefeitura veio questionar sua presença e, logo em seguida, um carro da Guarda Civil. Por que o mesmo empenho em impedir um registro não se mostra presente no zelo pela saúde dos munícipes?

A reportagem foi ao ar no site do Movimento e nas redes sociais, ga-

nhando a atenção da mídia. A equipe da TV Record veio averiguar o caso e realizou uma matéria no local (assista em [salveembudasartes.com.br/?p=678](http://salveembudasartes.com.br/?p=678)). O jornal SPTV da TV Globo também noticiou (veja em [salveembudasartes.com.br/?p=687](http://salveembudasartes.com.br/?p=687)).

Apesar do problema ser de conhecimento do poder público há anos, somente após a divulgação na TV, a CETESB foi fiscalizar a área e aplicou uma multa no valor de R\$ 24 mil, intimando a Prefeitura a retirar o lixo e promover a descontaminação do solo.

Estimulados, outros cidadãos se encorajaram e deram entrada em uma Ação Civil Pública, cobrando que a prefeitura restaurasse integralmente o local, removendo o lixo. O Juiz ordenou a retirada do lixo, no prazo máximo de 30 dias, com multas de R\$ 50 mil a R\$ 500 milhões para o

descumprimento. Por isso, vale a pena denunciar! A prefeitura foi obrigada a retirar o lixo e cobriu a área com grama.

Porém, depois das últimas chuva – uma grande decepção. O lixo veio novamente à tona, mostrando que o problema não foi resolvido. As fotos revelam que grande parte do lixo continua lá! Para onde foi o lixo retirado? Por que a Prefeitura não retirou tudo conforme foi determinado? É assim que o poder público cuida do meio ambiente e da saúde dos moradores de Embu das Artes?



**Chuva revela mais um crime: a sujeira foi empurrada “debaixo do tapete”. Ainda tem lixo lá, denunciando as ilegalidades da Prefeitura!**

Se você tem uma denúncia entre no site [www.salveembudasartes.com.br](http://www.salveembudasartes.com.br). Vamos fiscalizar o poder público e juntos fazer uma cidade melhor. 🌸

## Entidades apelam e pedem reavaliação da sentença da Juíza

Apesar de todas as evidências de ilegalidades apontadas pelas entidades no processo de revisão do Plano Diretor, a Juíza da 3ª Vara Judicial de Embu das Artes deu ganho de causa à Prefeitura.

As entidades apelaram à Justiça, solicitando a mudança da sentença, pois acreditam que a revisão do Plano Diretor está cheia de vícios e fere a legislação. “Os cidadãos chegavam e iam embora sem qualquer informação consistente. A cartilha

divulgada, que é a alma do Plano Diretor, foi alterada sem prévio debate. A democracia não foi respeitada”, explica a advogada Carmem Bertolli Katsonis.

“O Plano Diretor é a norma mais importante de um Município para o planejamento urbano, e a revisão do Plano Diretor, nos termos propostos, causará danos irreversíveis à ordem urbanística, cultural, ambiental e social do Município de Embu das Artes”, alerta a advogada. 🌸

## Pavimentação ameaça rio Embu Mirim

Por Lucila Pinto de Moura

A estrada de terra Isaltino Vitor de Moraes que liga os bairros Santa Luzia e Jardim Sílvia está sendo pavimentada. Lamentavelmente, nem a Prefeitura, nem o contratado para pavimentar a estrada parecem dispor de um projeto que vise a manutenção da mata ciliar. Em uma das margens, a vegetação está sendo retirada e agora existe uma grande movimentação de terra. Não é esse o tratamento que se espera da Prefeitura de Embu das Artes para com um importante rio da Bacia do Guarapiranga, que abastece mais de três milhões de paulistanos. 🌸



Lucila Pinto de Moura

### ERRATA - SEGUIE O EXPEDIENTE COMPLETO:

Este é o Informativo do Movimento Salve Embu das Artes  
 Jornalista responsável: Indaia Emília Schuler Pelosini - MTb 19.109  
 Redação: Avenida Sete de Setembro, 10.725, Chácara Bartira,  
 Embu das Artes, SP - e-mail: [indaiaemilia@terra.com.br](mailto:indaiaemilia@terra.com.br)  
 Gráfica: Atlântica Gráfica e Editora Ltda.  
 Tiragem: 16.000 exemplares  
 Distribuição: gratuita  
 As matérias assinadas são de responsabilidade de seus autores.

O Movimento Salve Embu das Artes surge para reunir e encorajar todos os cidadãos do Brasil e moradores da cidade, que querem participar na autodeterminação/construção de nosso futuro. Nossa Luta é COMBATER a ameaça de destruição dos valores Culturais, Artísticos, Ambientais e Humanos de Embu das Artes. Nosso Movimento está crescendo e conta com o apoio de diversas entidades. A todos os leitores, eleitores e simpatizantes da CAUSA está aqui o nosso convite: **VAMOS À LUTA! EMBU DAS ARTES NÃO ESTA À VENDA!**  
[www.salveembudasartes.com.br](http://www.salveembudasartes.com.br)

Denuncie e manifeste-se também no Ministério Público de São Paulo - Ouvidoria  
<http://www.mp.sp.gov.br/portal/page/portal/Ouvidoria>